

RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO Nº 284/2021 – NUFIS 2

PROCESSO:	1024/2021
NATUREZA:	Fiscalização
ESPÉCIE:	Acompanhamento
EXERCÍCIO:	2021
ENTE DA FEDERAÇÃO:	Municipio de Bequimão - MA
ÓRGÃO/FUNDO/ENTIDADE:	Prefeitura Municipal de Bequimão - MA
RESPONSÁVEL:	JOAO BATISTA MARTINS
RELATOR:	Álvaro César de França Ferreira
ENDEREÇO DO SITE OFICIAL:	http://www.bequimao.ma.gov.br/

Exmo Senhor Relator Álvaro César de França Ferreira

1.INTRODUÇÃO

O Núcleo de Fiscalização II, por meio dos auditores signatários, vem, respeitosamente, perante V. Ex.ª, com fulcro no art. 153 do Regimento Interno, apresentar Relatório de Acompanhamento, com fundamento no exercício regular da atividade de fiscalização quanto a transparência da gestão dos gastos públicos, visando verificar o cumprimento dos aspectos fundamentais previstos na Constituição Federal e em normas infraconstitucionais pelos órgãos e entidades fiscalizados por esta Corte de Contas.

A competência para execução desta atividade foi conferida a este Núcleo de Fiscalização II - NUFIS II, por meio da Resolução TCE/MA nº 324, de 11 de março de 2020 e efetuada com fundamento na Constituição Federal, arts. 70 e 71, na Lei Orgânica deste TCE/MA, arts. 36, 44, IV, no Regimento Interno - TCE/MA, art. 245, I, "b", na Lei de Responsabilidade Fiscal, na Lei de Acesso a Informação e na Instrução Normativa nº 59/2020-TCE/MA, que regulamenta a avaliação dos portais da transparência.

2. DA ANÁLISE TÉCNICA

A Lei Complementar nº 131/09 estabelece obrigatoriedade, a todos os entes federativos, da divulgação, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público. Compete aos tribunais de contas a fiscalização dessa exigência legal.

A avaliação consiste na verificação da situação do cumprimento dos Portais da Transparência dos Poderes e Órgãos às exigências estabelecidas no art. 48 e 48A da LRF, bem como na Instrução Normativa TCE/MA nº 59/2020.

Com o fito de verificar o cumprimento da legislação vigente e dos princípios constitucionais da transparência e publicidade, efetuou-se, **no período de 09/06/2021 a 11/06/2021**, consulta na rede mundial de computadores, no site do Município e constatou-se que, aplicado os quesitos propostos na Matriz de Avaliação da Transparência, anexada a este Relatório e de acordo com a Instrução Normativa TCE/MA nº 59/2020, o Ente avaliado obteve o índice de transparência **C**.

Ressalta-se que, na forma do disposto no art. 5º da IN TCE/MA nº 59/2020, a Matriz de Avaliação da Transparência poderá ser revista no decorrer do processo de acompanhamento, após a atualização/inserção das informações acima relacionadas.

3.CONCLUSÃO

Em cumprimento a Instrução Normativa TCE/MA nº 59/2020, que dispõe sobre a forma de fiscalização dos sites e/ou portais de transparência dos Entes, foi avaliado o Portal da Transparência da **Prefeitura Municipal de Bequimão - MA**, considerando a média ponderada de todos os itens avaliados (EXIGIBILIDADE), sendo determinado, como resultado da avaliação do portal, o índice de transparência **C**.

São Luís (MA), 09 Junho 2021

Rosilda de Ribamar Pereira Martins AUDITOR ESTADUAL DE CONTROLE EXTERNO

Mat.6874

Marivaldo Venceslau Souza Furtado Líder de Fiscalização Mat. 6882

ANEXOS: CÓPIAS DOS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS EXTRAÍDOS DOS SÍTES OFICIAIS E/OU PORTAIS DE TRANSPARÊNCIA

Anexo 1

	DEMONSTRATIVO DE AVALIAÇÃO DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA						
ITEM	CRITÉRIO	EXIGIBILIDADE	FUNDAMENTO	PESO	AVALIAÇÃO		
1 - INFORMAÇÕES PRIORITÁRIAS							
1.1	O ente possui sítio oficial no padrão SEATI com portal da transparência on line	Essencial	Art. 48, II, da LC 101/00? Art. 8°, §2°, da Lei 12.527/11	3	Atende		
1.2	O site contém ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação?	Obrigatória	Art. 8°, §3°, I, da Lei 12.527/11.	2	Não Atende		
2 - INF	ORMAÇÕES INSTITUCIONAIS	S					
2.1	Registro das competências	Obrigatória	art. 8°, § 1°, I, da LAI.	2	Atende		
2.2	Estrutura organizacional	Obrigatória		2	Atende		
2.3	Endereços	Obrigatória		2	Não Atende		
2.4	Telefone da Unidade	Obrigatória		2	Não Atende		
2.5	Horário de atendimento	Obrigatória		2	Atende		
2.6	Perguntas e respostas mais frequentes	Obrigatória	Art. 8°, § 1°, VI, da LAI.	2	Não Atende		
2.7	Canal de Comunicação com cidadão do tipo 'Fale Conosco', que permite ao interessado comunicar-se com órgão por via eletrônica ou telefônica	Obrigatória	Art. 8°, §3°, inciso VII, da LAI	2	Atende		
2.8	Identificação dos responsáveis	Recomendada	Art. 8°, § 1°, I, da LAI.	1	Não Atende		
3 - REC	CEITA						
3.1	Natureza da receita e fonte dos recursos	Essencial	Art.48- A,incisoII,daLCn°101/00.	3	Atende		
3.2	Previsão na lei orçamentária anual	Essencial	Art.48- A,incisoII,daLCn°101/00.	3	Atende		
3.3	Arrecadação, inclusive referentes a recursos extraordinários	Essencial	Art.48- A,incisoII,daLCn°101/00.	3	Atende		
3.4	Ferramenta de pesquisa específica (que permite pesquisar dentro deste conjunto de informações, possibilitando filtros específicos)	Obrigatória	Art.48- A,incisoII,daLCn°101/00.	2	Atende		
3.5	Gravação de relatórios em	Obrigatória	Art.48-	2	Atende		

	diversos formatos eletrônicos		A,incisoII,daLCn°101/00.		
3.6	Existência de informações atualizadas (tempo real)	Essencial	Art.48- A,incisoII,daLCn°101/00.	3	Não Atende
3.7	Existência de histórico das informações (pelo menos 3 anos)	Essencial	Art.48- A,incisoII,daLCn°101/00.	3	Não Atende
3.8	Apresenta informações sobre transferências federais, estaduais e municipais:	Recomendada	Art.48- A,incisoII,daLCn°101/00.	1	Atende
3.9	com indicação do valor recebido	Essencial	Art.48- A,incisoII,daLCn°101/00.	3	Atende
3.10	com indicação da origem dos recursos	Essencial	Art.48- A,incisoII,daLCn°101/00.	3	Atende
3.11	com indicação da data do repasse	Essencial	Art.48- A,incisoII,daLCn°101/00.	3	Atende
4 - DE	SPESA				
4.1	Número e o valor de empenho, liquidação e pagamento	Essencial	Art. 48-A, I, da LRFc/c art.7°, VI, da LAI, art.37, caput, da CF(princípio da publicidade).	3	Atende
4.2	Classificação orçamentária, com a especificando da unidade orçamentária, ,da função, da subfunção, da natureza da despesa, do programa e da ação e da fonte dos recursos que financiou o gasto.	Essencial	Art. 48-A, I, da LRFc/c art.7°, VI, da LAI, art.37, caput, da CF(princípio da publicidade).	3	Atende
4.3	Pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, com seu respectivo número de inscrição no CPF ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ	Essencial	Art. 48-A, I, da LRFc/c art.7°, VI, da LAI, art.37, caput, da CF(princípio da publicidade).	3	Atende
4.4	Procedimento licitatório realizado, ou a sua dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso, com o número do respectivo processo	Essencial	Art. 48-A, I, da LRFc/c art.7°, VI, da LAI, art.37, caput, da CF(princípio da publicidade).	3	Atende
4.5	Descrição do bem ou do serviço adquirido	Essencial	Art. 48-A, I, da LRFc/c art.7°, VI, da LAI, art.37, caput, da CF(princípio da publicidade).	3	Atende
4.6	Ferramenta de pesquisa específica (que permita pesquisar dentro deste conjunto de informações, possibilitando filtros específicos)	Obrigatória	Art. 48-A, I, da LRFc/c art.7°, VI, da LAI, art.37, caput, da CF(princípio da publicidade).	2	Atende
			Art. 48-A, I, da LRFc/c		

4.7	Gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos	Obrigatória	art.7°, VI, da LAI, art.37, caput, da CF(princípio da publicidade).	2	Atende
4.8	Existência de informações atualizadas (tempo real)	Essencial	Art. 48-A, I, da LRFc/c art.7°, VI, da LAI, art.37, caput, da CF(princípio da publicidade).	3	Não Atende
4.9	Existência de histórico das informações (pelo menos 3 anos)	Essencial	Art. 48-A, I, da LRFc/c art.7°, VI, da LAI, art.37, caput, da CF(princípio da publicidade).	3	Não Atende
	ANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIA mentos congêneres)	AS RECEBIDAS/REA	ALIZADAS (convênios, acordos	s, ajustes	e outros
5.1	Indicação do valor recebido	Essencial	Art. 48-A, I, II, da LRF c/c art. 7°, VI, da LAI	3	Atende
5.2	Indicação do valor concedido	Essencial	Art. 48-A, I, II, da LRF c/c art. 7°, VI, da LAI	3	Atende
5.3	Identificação do objeto	Essencial	Art. 48-A, I, II, da LRF c/c art. 7°, VI, da LAI	3	Atende
5.4	Indicação de beneficiário	Essencial	Art. 48-A, I, II, da LRF c/c art. 7°, VI, da LAI	3	Atende
5.5	Indicação da data do repasse	Essencial	Art. 48-A, I, II, da LRF c/c art. 7°, VI, da LAI	3	Atende
6 - RE	ECURSOS HUMANOS				
6.1	Relação dos servidores	Essencial	art. 48, § 1°, II, arts. 3°, I, II, III, IV e V, e 8°, capute § 1°, II e III, da LAI c/c arts. 37, caput (princípios da publicidade e moralidade), e 39, § 6°, da CF.	3	Atende
6.2	Indicação de cargo e/ou função desempenhada por servidor	Essencial	art. 48, § 1°, II, arts. 3°, I, II, III, IV e V, e 8°, capute § 1°, II e III, da LAI c/c arts. 37, caput (princípios da publicidade e moralidade), e 39, § 6°, da CF.	3	Atende
6.3	Indicação da lotação de cada servidor	Recomendada	art. 48, § 1°, II, arts. 3°, I, II, III, IV e V, e 8°, capute § 1°, II e III, da LAI c/c arts. 37, caput (princípios da publicidade e moralidade), e 39, § 6°, da CF.	1	Não Atende
6.4	Indicação da remuneração nominal de cada servidor	Essencial	art. 48, § 1°, II, arts. 3°, I, II, III, IV e V, e 8°, capute § 1°, II e III, da LAI c/c arts. 37, caput (princípios da publicidade e moralidade), e 39, § 6°, da CF.	3	Não Atende
	Tabela com o padrão		art. 48, § 1°, II, arts. 3°, I, II, III, IV e V, e 8°, capute § 1°,		

6.5	remuneratório dos cargos e funções	Essencial	II e III, da LAI c/c arts. 37, caput (princípios da publicidade e moralidade), e 39, § 6°, da CF.	3	Não Atende
6.6	Existência de informações atualizadas (do ano da pesquisa)	Essencial	art. 48, § 1°, II, arts. 3°, I, II, III, IV e V, e 8°, capute § 1°, II e III, da LAI c/c arts. 37, caput (princípios da publicidade e moralidade), e 39, § 6°, da CF.	3	Não Atende
6.7	Existência de histórico das informações (pelo menos 3 anos)	Essencial	art. 48, § 1°, II, arts. 3°, I, II, III, IV e V, e 8°, capute § 1°, II e III, da LAI c/c arts. 37, caput (princípios da publicidade e moralidade), e 39, § 6°, da CF.	3	Não Atende
7 - DI.	ÁRIAS				
7.1	Nome do beneficiário	Essencial	Art. 48-A, I, da LRF c/c art. 7°, VI, da LAI, art. 37, caput, da CF (princípio da publicidade)	3	Não Atende
7.2	Cargo do beneficiário	Essencial	Art. 48-A, I, da LRF c/c art. 7°, VI, da LAI, art. 37, caput, da CF (princípio da publicidade)	3	Não Atende
7.3	Número de diárias usufruídas por afastamento	Essencial	Art. 48-A, I, da LRF c/c art. 7°, VI, da LAI, art. 37, caput, da CF (princípio da publicidade)	3	Não Atende
7.4	Período de afastamento	Essencial	Art. 48-A, I, da LRF c/c art. 7°, VI, da LAI, art. 37, caput, da CF (princípio da publicidade)	3	Não Atende
7.5	Motivo do afastamento	Essencial	Art. 48-A, I, da LRF c/c art. 7°, VI, da LAI, art. 37, caput, da CF (princípio da publicidade)	3	Não Atende
7.6	Local de destino	Essencial	Art. 48-A, I, da LRF c/c art. 7°, VI, da LAI, art. 37, caput, da CF (princípio da publicidade)	3	Não Atende
7.7	Tabela ou relação que explicite os valores das diárias dentro do Estado, fora do Estado e fora do país, conforme legislação local	Essencial	Art. 48-A, I, da LRF c/c art. 7°, VI, da LAI, art. 37, caput, da CF (princípio da publicidade)	3	Não Atende
7.8	Existência de informações atualizadas (do ano da pesquisa)	Essencial	Art. 48-A, I, da LRF c/c art. 7°, VI, da LAI, art. 37, caput, da CF (princípio da publicidade)	3	Não Atende
	Existência de histórico das		Art. 48-A, I, da LRF c/c art. 7°, VI, da LAI, art. 37, caput,		

7.9	informações (pelo menos 3 anos)	Essencial	da CF (princípio da publicidade)	3	Não Atende
8 - LI	CITAÇÕES E CONTRATOS				
8.1	Íntegra dos editais de licitação	Essencial	Art. 48-A, I, da LRF c/c art. 8°, §1°, inciso IV, da LAI, art. 37, caput, da CF (princípio da publicidade), e art. 3°, caput e § 3°, da Lei n° 8.666/1993	3	Atende
8.2	Íntegra das Dispensas	Essencial	Art. 48-A, I, da LRF c/c art. 8°, §1°, inciso IV, da LAI, art. 37, caput, da CF (princípio da publicidade), e art. 3°, caput e § 3°, da Lei n° 8.666/1993	3	Não Atende
8.3	Íntegra das Inexigibilidades	Essencial	Art. 48-A, I, da LRF c/c art. 8°, §1°, inciso IV, da LAI, art. 37, caput, da CF (princípio da publicidade), e art. 3°, caput e § 3°, da Lei n° 8.666/1993	3	Não Atende
8.4	Íntegra da Ata de Adesão - SRP	Essencial	Art. 48-A, I, da LRF c/c art. 8°, §1°, inciso IV, da LAI, art. 37, caput, da CF (princípio da publicidade), e art. 3°, caput e § 3°, da Lei n° 8.666/1993	3	Não Atende
8.5	Resultado dos editais: (indica vencedor)	Essencial	Art. 48-A, I, da LRF c/c art. 8°, §1°, inciso IV, da LAI, art. 37, caput, da CF (princípio da publicidade), e art. 3°, caput e § 3°, da Lei n° 8.666/1993	3	Não Atende
8.6	Resultado dos editais: (indica valor)	Recomendada	Art. 48-A, I, da LRF c/c art. 8°, §1°, inciso IV, da LAI, art. 37, caput, da CF (princípio da publicidade), e art. 3°, caput e § 3°, da Lei n° 8.666/1993	1	Não Atende
8.7	Contratos na íntegra e termos aditivos	Obrigatória	Art. 48-A, I, da LRF c/c art. 8°, §1°, inciso IV, da LAI, art. 37, caput, da CF (princípio da publicidade), e art. 3°, caput e § 3°, da Lei n° 8.666/1993	2	Não Atende
8.8	Indicação do Fiscal do Contrato	Obrigatória	Art. 48-A, I, da LRF c/c art. 8°, §1°, inciso IV, da LAI, art. 37, caput, da CF (princípio da publicidade), e art. 3°, caput e § 3°, da Lei n° 8.666/1993	2	Não Atende
	Ferramenta de pesquisa específica (que permita		Art. 48-A, I, da LRF c/c art. 8°, §1°, inciso IV, da LAI,		

8.9	pesquisar dentro deste conjunto de informações, possibilitando filtros específicos)	Obrigatória	art. 37, caput, da CF (princípio da publicidade), e art. 3°, caput e § 3°, da Lei n° 8.666/1993	2	Atende
8.10	Gravação de relatórios em diversos formatos	Obrigatória	Art. 48-A, I, da LRF c/c art. 8°, §1°, inciso IV, da LAI, art. 37, caput, da CF (princípio da publicidade), e art. 3°, caput e § 3°, da Lei n° 8.666/1993	2	Atende
8.11	Existência de informações atualizadas (do ano da pesquisa)	Essencial	Art. 48-A, I, da LRF c/c art. 8°, §1°, inciso IV, da LAI, art. 37, caput, da CF (princípio da publicidade), e art. 3°, caput e § 3°, da Lei n° 8.666/1993	3	Não Atende
8.12	Existência de histórico das informações (pelo menos 3 anos)	Essencial	Art. 48-A, I, da LRF c/c art. 8°, §1°, inciso IV, da LAI, art. 37, caput, da CF (princípio da publicidade), e art. 3°, caput e § 3°, da Lei n° 8.666/1993	3	Atende
9 - RE	LATÓRIO FISCAIS				
9.1	Publica os 2 últimos Relatório de Gestão Fiscal (RGF)	Obrigatória	Art. 48, caput, da LRF	2	Não Atende
9.2	Publica os 6 últimos Relatórios de Execução Orçamentária (REEO)	Obrigatória	Art. 48, caput, da LRF	2	Não Atende
10 - SI	ERVIÇO DE INFORMAÇÕES AC	O CIDADÃO e-SIC (I	ELETRÔNICO)		
10.1	Há possibilidade de envio de pedidos de informação de forma eletrônica (e-SIC)	Obrigatória	Art. 10, §2°, da Lei 12.527/2011	2	Atende
10.2	Apresenta possibilidade de acompanhamento posterior da solicitação	Obrigatória	Art. 9, inc. I, alínea "b", e Art. 10, §2°, da Lei 12.527/2011	2	Atende
	A solicitação por meio do e- SIC é simples, ou seja, sem a exigência de itens de identificação do requerente que dificultem ou impossibilitem o acesso à informação, tais como: envio		Art. 10, §1°, da Lei		Atende
10.3	de documentos, assinatura reconhecida, declaração de responsabilidade, maioridade. *A exigência de cadastro prévio não configura dificuldade ou impossibilidade de acesso à informação.	Obrigatória	12.527/2011	2	. Tiende

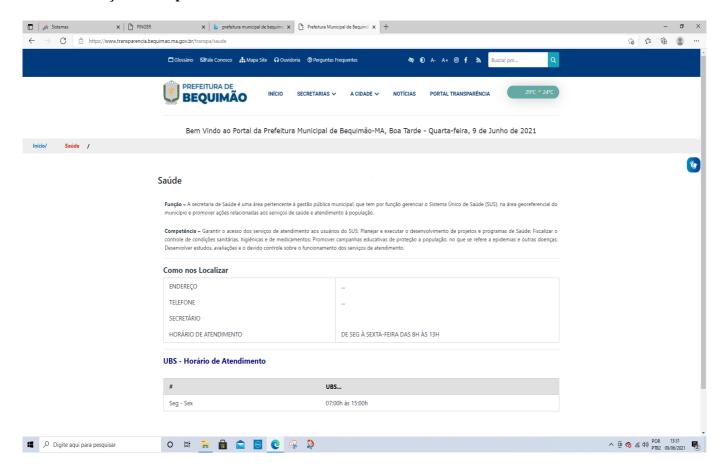
10.5	O ente publica relatório anual estatístico contendo a quantidade de pedidos de acesso recebidos, atendidos, indeferidos, bem como informações genéricas sobre os solicitantes.	Obrigatória	Art. 30, inc. III, da Lei 12.527/2011	2	Atende
10.6	Existe rol das informações que tenham sido desclassificadas nos últimos 12 (doze) meses	Obrigatória	Art. 30, I, da Lei nº 12.527/2011	2	Não Atende
10.7	Existe rol de documentos classificados em cada grau de sigilo, com identificação para referência futura	Obrigatória	Art. 30, inc. II, da Lei 12.527/2011	2	Não Atende
11 - AC	CESSIBILIDADE				
11.1	Contém símbolo de acessibilidade em destaque	Obrigatória	Art. 63, caput e § 1°, da Lei n° 13.146/2015 c/c art. 8° § 3°, III da Lei n° 12.527/2019	2	Não Atende
11.2	Exibição do "caminho" de páginas percorridas pelo usuário	Obrigatória	Art. 63, caput e § 1°, da Lei n° 13.146/2015 c/c art. 8° § 3°, III da Lei n° 12.527/2020	2	Atende
11.3	Opção de alto-contraste	Obrigatória	Art. 63, caput e § 1°, da Lei n° 13.146/2015 c/c art. 8° § 3°, III da Lei n° 12.527/2021	2	Atende
11.4	Redimensionamento de texto	Obrigatória	Art. 63, caput e § 1°, da Lei n° 13.146/2015 c/c art. 8° § 3°, III da Lei n° 12.527/2022	2	Atende
11.5	Mapa do site	Obrigatória	Art. 63, caput e § 1°, da Lei n° 13.146/2015 c/c art. 8° § 3°, III da Lei n° 12.527/2023	2	Atende
11.6	Teclas de atalho	Obrigatória	Art. 63, caput e § 1°, da Lei n° 13.146/2015 c/c art. 8° § 2 3°, III da Lei n° 12.527/2024		Não Atende
12 - IN	STRUMENTOS DA GESTÃO FI	SCAL E DO PLANE.	JAMENTO		
12.1	Existência de PPA (Lei do Plano Plurianual)	Essencial	Art. 48, caput, da LC 101/00	3	Atende
12.2	Existência do Anexo do PPA	Essencial	Art. 48, caput, da LC 101/01	3	Atende
12.3	Existência de LDO (Lei do Diretrizes Orçamentárias)	Essencial	Art. 48, caput, da LC 101/02 3		Não Atende
12.4	Existência do Anexo da LDO	Essencial	Art. 48, caput, da LC 101/03	3	Não Atende
12.5	Existência de LOA (Lei Orçamentária)	Essencial	Art. 48, caput, da LC 101/04	3	Não Atende
12.6	Existência do Anexo da LOA	Essencial	Art. 48, caput, da LC 101/05	3	Não Atende
12.7	Parecer prévio do TCE	Essencial	Art. 48, caput, da LC 101/06	3	Não Atende
	TOTAL				
	ÍNDICE DE TRANSPARÊNC		С		

Consideração

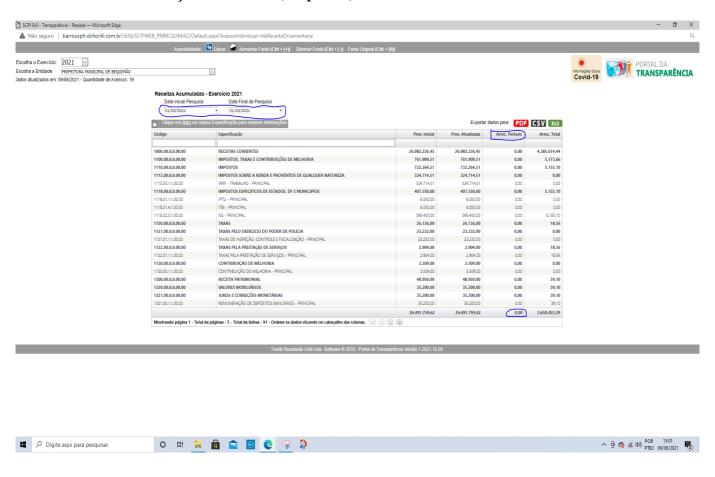
PREFEITURA MUNICIPAL DE BEQUIMÃO/MA ITEM 1 - INFORMAÇÕES PRIORITÁRIAS Subitem 1.2 (O site contém ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação) - Não disponibilizado, no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal, esse recurso. ITEM 2 - INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS Subitem 2.3 (Endereços), 2.4 (Telefone da Unidade), 2.8 (Identificação dos responsáveis) - Não disponibilizados no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal (Vide Anexo 1). Subitem 2.6 (Perguntas e respostas mais frequentes) -Não disponibilizadas no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal. ITEM 3 - RECEITA Subitem 3.6 (Existência de informações atualizadas - tempo real) - As informações pertinentes à Receita do exercício financeiro de 2021, não foram disponibilizadas, no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal, em tempo real, considerando que os meses de março, abril e maio apresentam valor R\$ 0,00 relativo à arrecadação nesses períodos (Vide Anexos 2, 2.1 e 2.2). Subitem 3.7 (Existência de histórico das informações - pelo menos 3 anos) - Não constam, no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal, informações pertinentes à Receita dos exercícios financeiros de 2019 e 2018. Quanto ao exercício financeiro de 2020, embora conste essa opcão, contudo, não foi possível acessá-lo (Vide Anexos 2.3 e 2.4). ITEM 4 – DESPESA Subitem 4.8 (Existência de informações atualizadas - tempo real) - As informações pertinentes à Despesa do exercício financeiro de 2021, não foram disponibilizadas, no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal, em tempo real, conforme a seguir (Vide Anexos 3, 3.1 e 3.2): - Mar/2021: R\$ 1.980,00 (empenhado); R\$ 0,00 (liquidado); R\$ 0,00 (pago). - Abr/2021: R\$ 17.372,00 (empenhado); R\$ 0,00 (liquidado); R\$ 0,00 (pago). - Mai/2021: R\$ 0,00 (empenhado): R\$ 0,00 (liquidado); R\$ 0,00 (pago). Subitem 4.9 (Existência de histórico das informações - pelo menos 3 anos) - Não constam, no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal, informações pertinentes à Despesa dos exercícios financeiros de 2019 e 2018. Quanto ao exercício financeiro de 2020, embora conste essa opção, contudo, não foi possível acessá-lo (Vide Anexos 3.3 e 3.4). ITEM 6 - RECURSOS HUMANOS Subitens 6.3 (Indicação da lotação de cada servidor), 6.6 (Existência de informações atualizadas - do ano da pesquisa - Não foram disponibilizadas, no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal, as Folhas de Pagamentos dos Servidores. Constam os documentos Servidores por Cargo e Remuneração dos Servidores, contudo, não registram estas informações (Vide Anexo 4). Subitem 6.4 (Indicação da remuneração nominal de cada servidor) - Não foi disponibilizada, no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal, as Folhas de Pagamentos dos Servidores. Consta documento Remuneração dos Servidores, contudo não registra esta informação (Vide Anexo 4.1). Subitem 6.5 (Tabela com o padrão remuneratório dos cargos e funções) - Em consulta ao Portal da Transparência da Prefeitura Municipal, verificou-se que não foi disponibilizada esta informação. Subitem 6.7 (Existência de histórico das informações - pelo menos 3 anos) - Não constam, no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal, as Folhas de Pagamentos dos Servidores, pertinentes aos exercícios financeiros de 2020, 2019 e 2018. Constam os documentos Servidores por Cargo e Remuneração dos Servidores, contudo, não registram estas informações (Vide Anexo 4.2). ITEM 7 - DIÁRIAS Subitens 7.1 (Nome do beneficiário), 7.2 (Cargo do beneficiário), 7.3 (Número de diárias usufruídas por afastamento), 7.4 (Período de afastamento), 7.5 (Motivo do afastamento), 7.6 (Local de destino), 7.8 (Existência de informações atualizadas - do ano da pesquisa - Não foram disponibilizadas, no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal, informações sobre Diárias, pertinentes ao exercício financeiro de 2021 (Vide Anexo 5). Subitem 7.7 (Tabela ou relação que explicite os valores das diárias dentro do Estado, fora do Estado e fora do país, conforme legislação local) - Em consulta ao Portal da Transparência da Prefeitura Municipal, verificou-se que não foi disponibilizada esta informação. Subitem 7.9 (Existência de histórico das informações - pelo menos 3 anos) - Não estão disponibilizadas, no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal, informações sobre Diárias, pertinentes aos exercícios financeiros de 2020, 2019 e 2018 (Vide Anexo 5.1). ITEM 8 - LICITAÇÕES E CONTRATOS Subitens 8.2 (Íntegra das Dispensas), 8.3 (Íntegra das Inexigibilidades), 8.4 (Íntegra da Ata de Adesão - SRP), 8.5 (Resultado dos editais: indica vencedor), 8.6 (Resultado dos editais - indica valor), 8.7 (Contratos na íntegra e termos aditivos), 8.11 (Existência de informações atualizadas - do ano da pesquisa) - No tocante ao exercício financeiro de 2021, constam, no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal, 15 (quinze) Processos Licitatórios, sendo 01 (um) Pregão Eletrônico, 14 (catorze) Pregões Presenciais (dois cancelados) e um Processo de Dispensa de Licitação emitidos nos meses de fevereiro a junho/2021. Ressalta-se, por oportuno, que 04 (quatro) desses Processos de Licitação encontram-se "Em Aviso" há mais de 30 dias. Verificou-se, ainda, que os documentos pertinentes aos Processos Licitatórios (Pregões Presenciais nºs 004 e 005/2021), com status "Enviado ao TCE" e Pregão Presencial nº 006/2021 com status "Pendente de Envio ao TCE", à exceção do Edital, os demais documentos listados não estão disponíveis para acesso (Vide Anexos 6, 6.1, e 6.2). Subitem 8.8 (Indicação do Fiscal do Contrato) - Não foi comprovada, no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal, a efetiva designação de servidor para tal função. ITEM 9 - RELATÓRIOS FISCAIS Subitem 9.1 (Publica os 2 últimos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) - Não foi publicado, no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal, o Relatório RGF 2º Semestre/2020. Quanto ao RGF do 1º Semestre/2020, embora conste do quadro publicado no referido Portal, contudo, não foi possível acessá-lo (Vide Anexo 7). Subitem 9.2 (Publica os 6 últimos Relatórios de Execução Orçamentária (RREO) -Não foram publicados, no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal, os Relatórios RREO do 1º e 2º Bimestres/2021 e do 4°, 5° e 6° Bimestres/2020. Quanto ao RREO do 3° Bimestre/2020, embora conste do quadro publicado no referido

Portal, contudo, não foi possível acessá-lo (Vide Anexo 7.1). ITEM 10 - SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO e-SIC (ELETRÔNICO) Subitem 10.4 - Instrumento normativo local que regulamente a LAI - Não foi disponibilizado no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal (Vide Anexo 8). Subitens 10.6 (Existe rol das informações que tenham sido desclassificadas nos últimos doze meses), 10.7 (Existe rol de documentos classificados em grau de sigilo, com identificação para referência futura) - Não foram disponibilizadas, no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal, informações pertinentes a estas questões (Vide Anexo 8.1) ITEM 11 - ACESSIBILIDADE Subitens 11.1 (Contém símbolo de acessibilidade em destaque) 11.6 (Teclas de atalho) - Não foram disponibilizadas no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal (Vide Anexo 9) ITEM 12 - INSTRUMENTOS DA GESTÃO FISCAL E DO PLANEJAMENTO Subitens 12.3 (Existência de LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias), 12.4 (Existência do Anexo da LDO), 12.5 (Existência de LOA - Lei Orçamentária Anual), 12.6 (Existência do Anexo da LOA) - Não disponibilizados no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal, tais instrumentos pertinentes ao exercício financeiro de 2021. (Vide Anexos 10 e 10.1). Subitem 12.7 (Parecer prévio do TCE) - Não disponibilizado no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal.

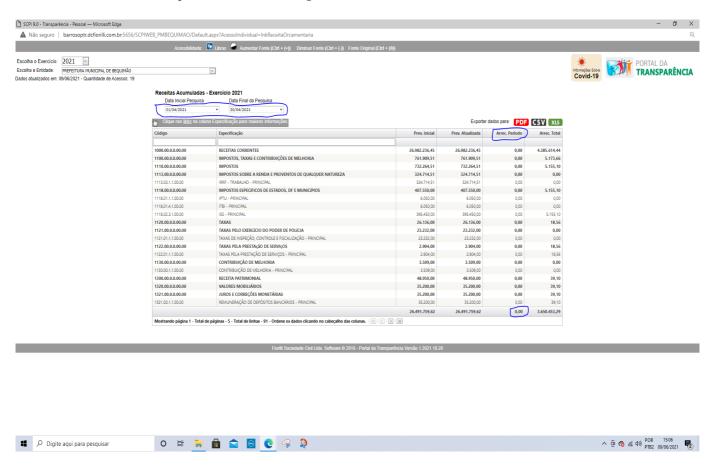
2.8 - Identificação dos responsáveis



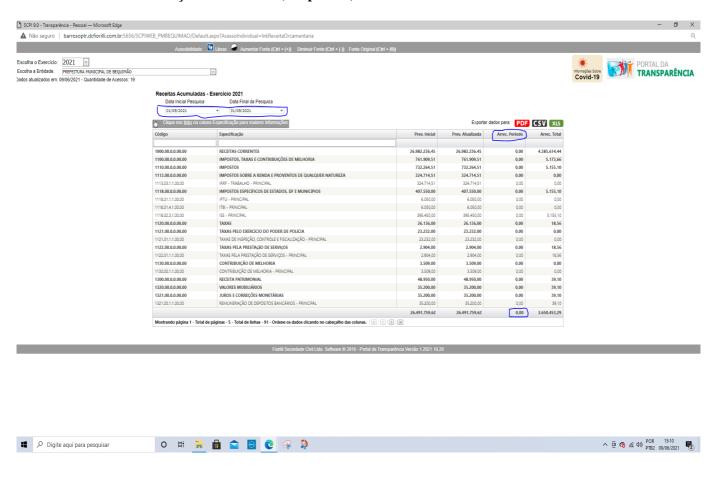
3.6 - Existência de informações atualizadas (tempo real)



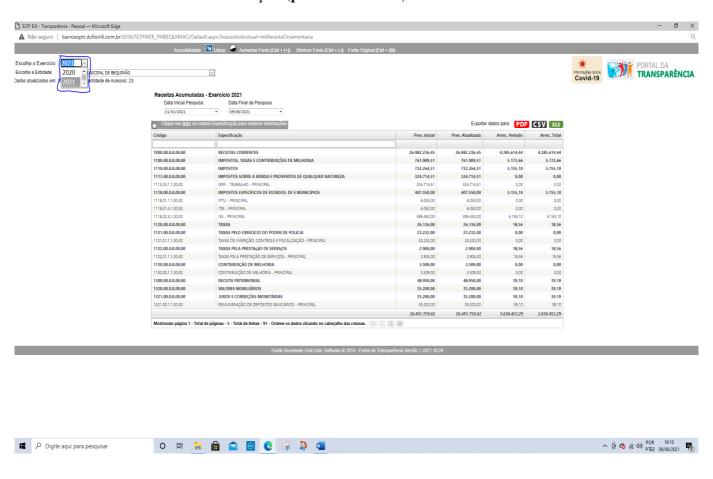
3.6 - Existência de informações atualizadas (tempo real)



3.6 - Existência de informações atualizadas (tempo real)



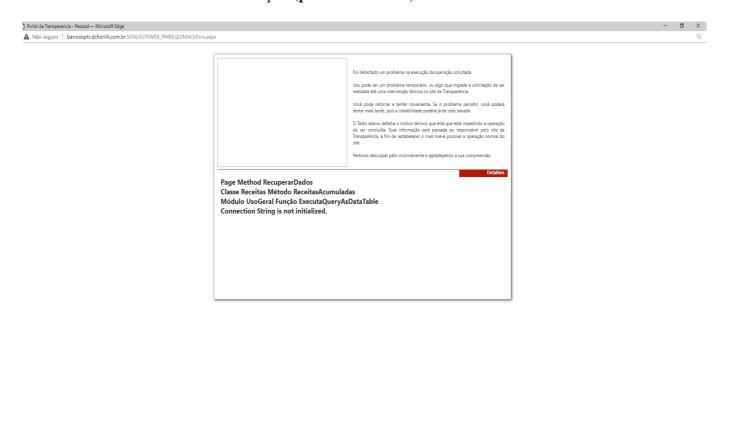
3.7 - Existência de histórico das informações (pelo menos 3 anos)



Digite aqui para pesquisar

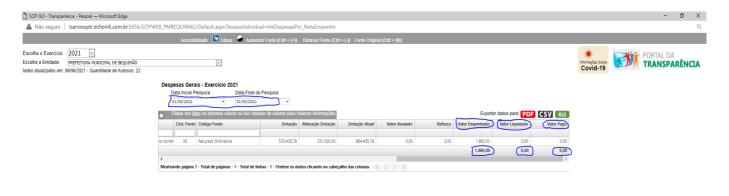
3.7 - Existência de histórico das informações (pelo menos 3 anos)

O H 🔒 🖻 🗅 😉 👂 🥦 👊



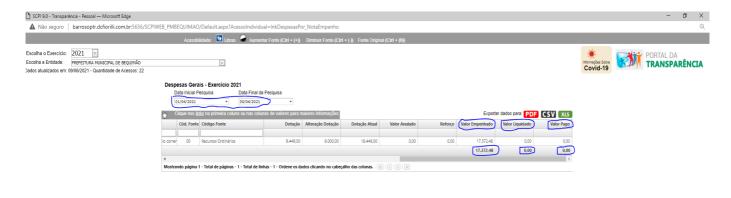
^ @ **@ @ Ø DOR** 18:14 PTB2 09/06/2021 ■

4.8 - Existência de informações atualizadas (tempo real)



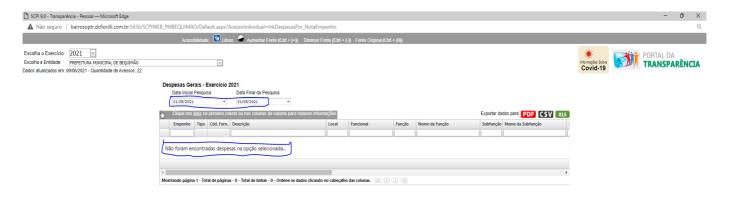


4.8 - Existência de informações atualizadas (tempo real)



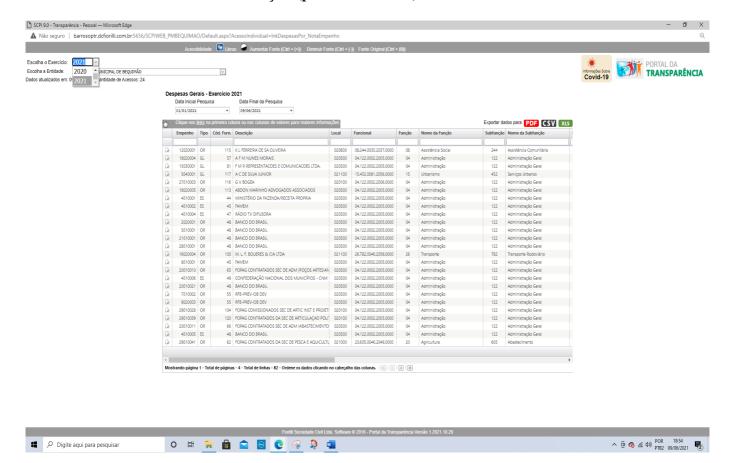


4.8 - Existência de informações atualizadas (tempo real)

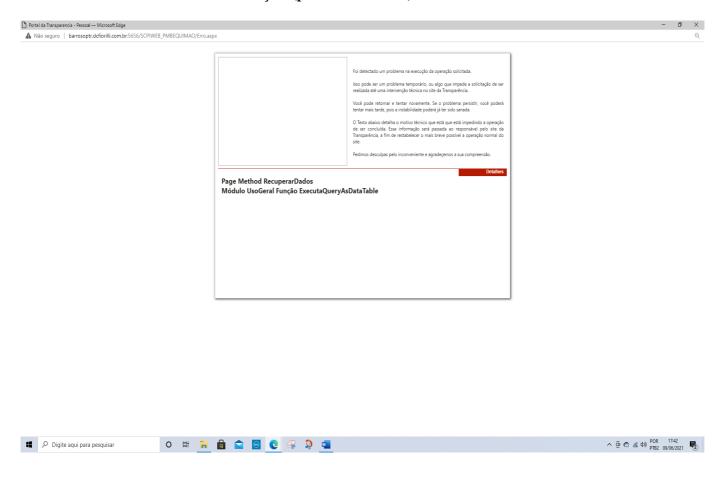




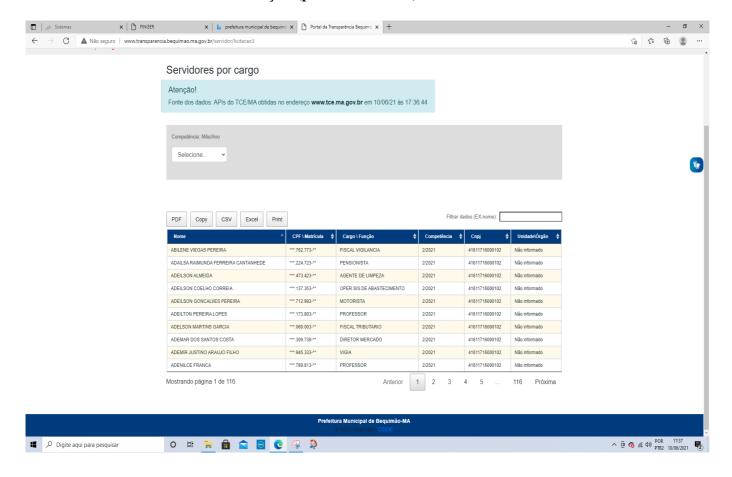
4.9 - Existência de histórico das informações (pelo menos 3 anos)



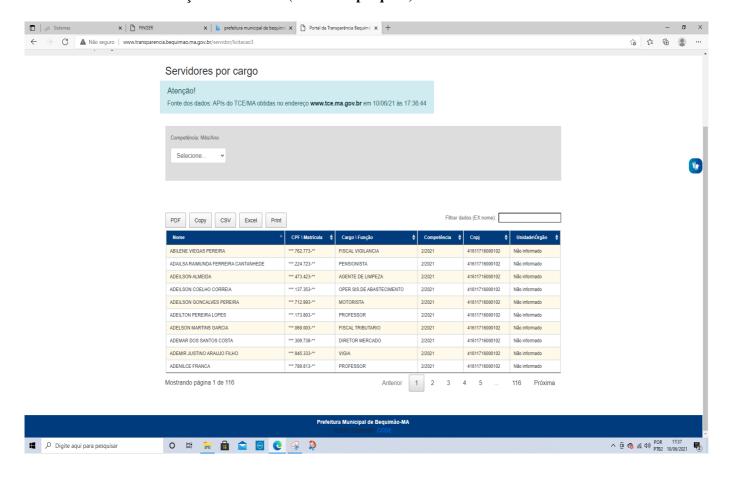
4.9 - Existência de histórico das informações (pelo menos 3 anos)



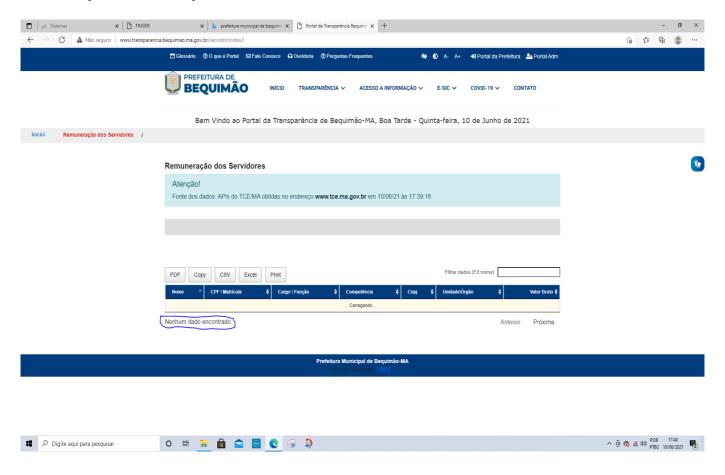
6.7 - Existência de histórico das informações (pelo menos 3 anos)



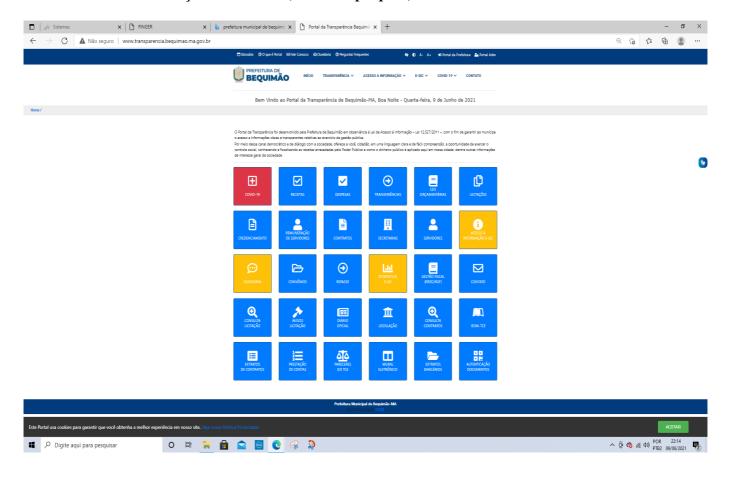
6.6 - Existência de informações atualizadas (do ano da pesquisa)



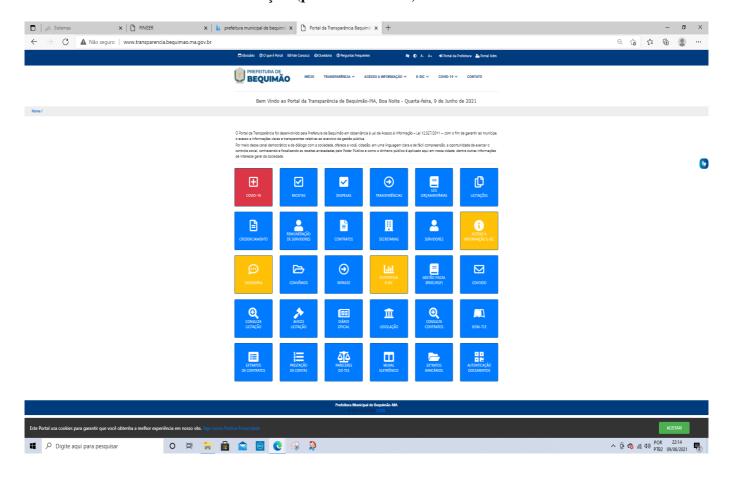
6.4 - Indicação da remuneração nominal de cada servidor



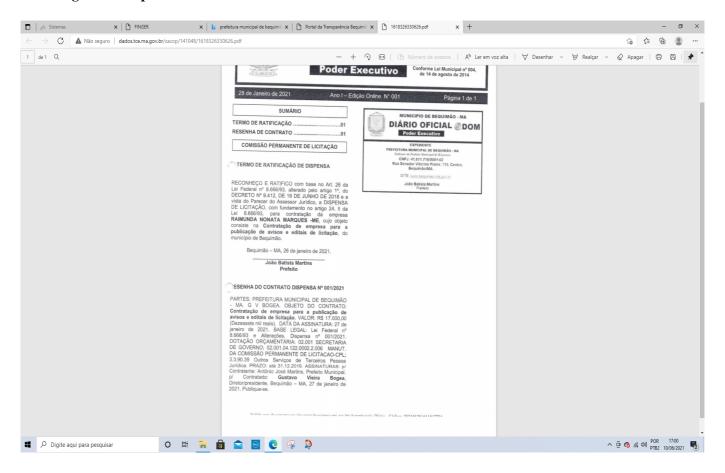
7.8 - Existência de informações atualizadas (do ano da pesquisa)



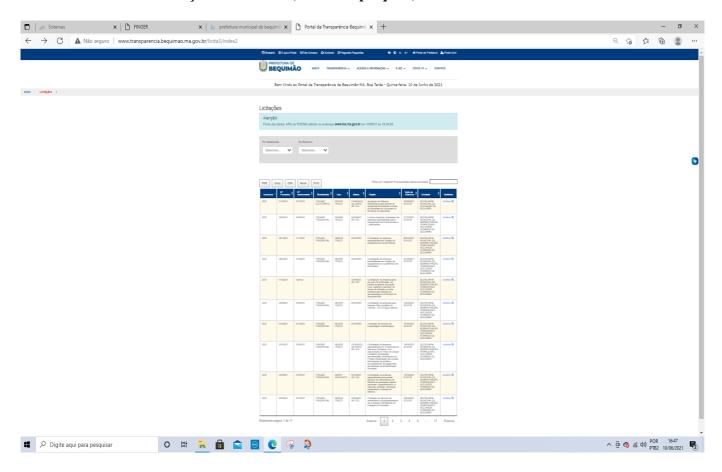
7.9 - Existência de histórico das informações (pelo menos 3 anos)



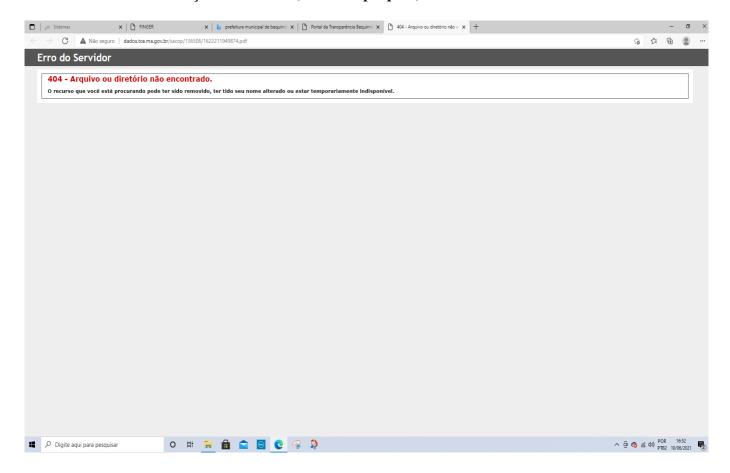
8.2 - Íntegra das Dispensas



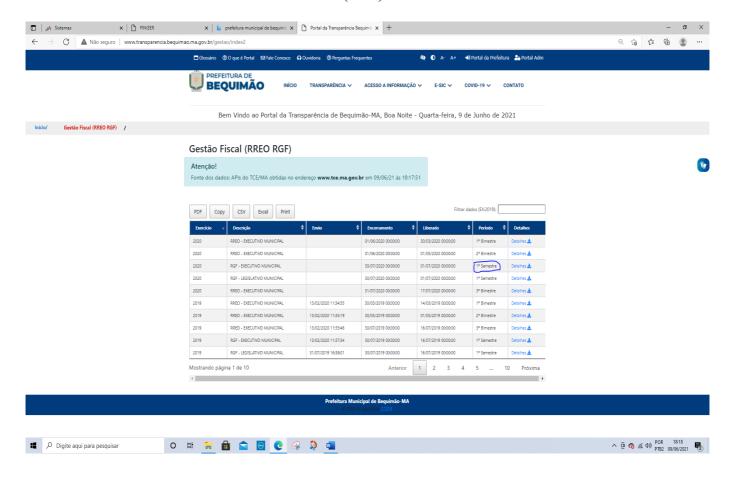
8.11 - Existência de informações atualizadas (do ano da pesquisa)



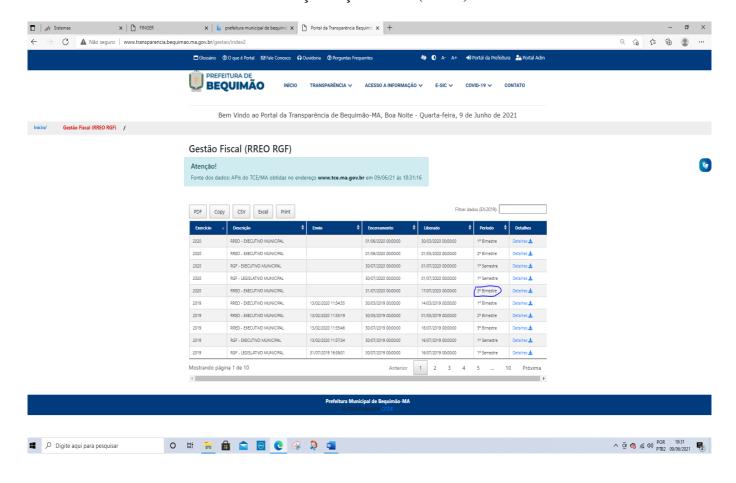
8.11 - Existência de informações atualizadas (do ano da pesquisa)



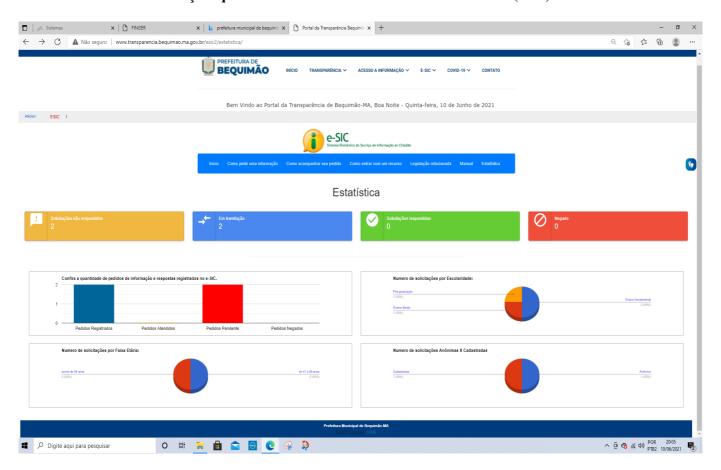
9.1 - Publica os 2 últimos Relatório de Gestão Fiscal (RGF)



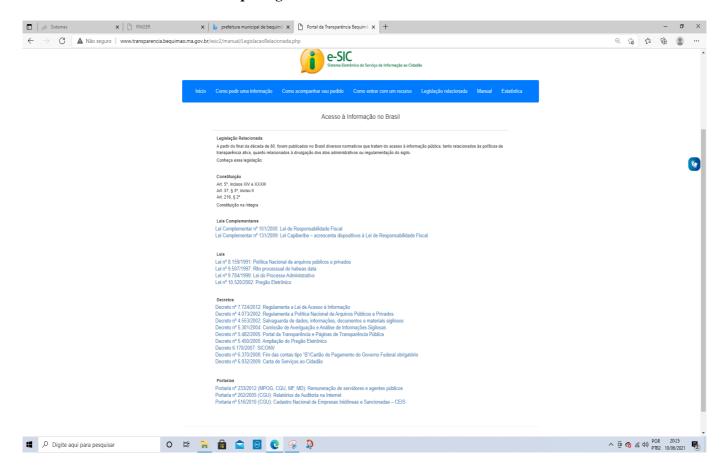
9.2 - Publica os 6 últimos Relatórios de Execução Orçamentária (REEO)



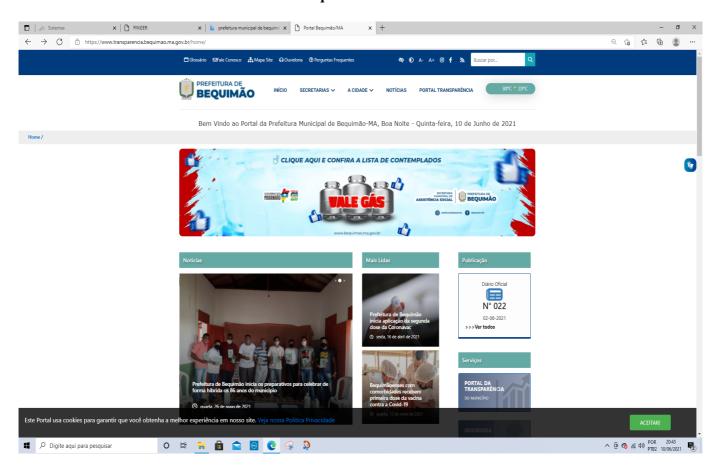
10.6 - Existe rol das informações que tenham sido desclassificadas nos últimos 12 (doze) meses



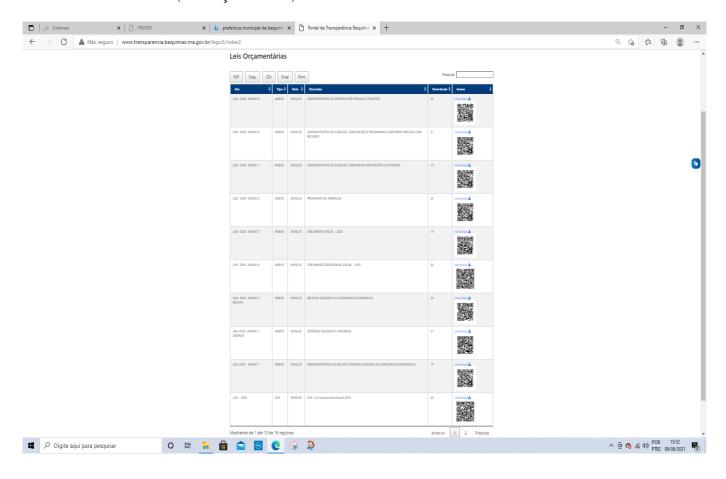
10.4 - Instrumento normativo local que regulamente a LAI



11.1 - Contém símbolo de acessibilidade em destaque



12.5 - Existência de LOA (Lei Orçamentária)



12.3 - Existência de LDO (Lei do Diretrizes Orçamentárias)

